

COLO DE REGISTRO  
COLO LEGISLATIVO



*Artigo 4º - O Fundo Estadual de Habitação será mantido junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A e movimentado mediante autorização do Secretário da Habitação, na seguinte conformidade:*

*§ 1º - Os recursos líquidos creditados serão destinados, a fundo perdido, para projetos de construção e infra-estrutura e para aquisição, construção, reforma ou ampliação de equipamentos sociais em conjuntos habitacionais.*

*§ 2º - Os recursos serão operacionalizados diretamente entre a Secretaria da Habitação e os municípios na consecução desta lei.*

*Artigo 5º - A Nossa Caixa Nosso Banco apurará trimestralmente o resultado líquido da Loteria da Habitação e creditará o Fundo a que se refere o artigo 2º desta lei, competindo-lhe ainda a expedição de relatório detalhado à Secretaria da Habitação.*

*Artigo 6º - Compete ainda à Secretaria da Habitação:*

- I) a elaboração de normas e procedimentos para assegurar a destinação dos recursos do Fundo Estadual da Habitação diretamente aos municípios, em conformidade ao disposto nesta lei;*
- II) proceder a gestão da conta do Fundo Estadual da Habitação, mantida junto à Nossa Caixa Nosso Banco S/A;*
- III) estabelecer as condições operacionais para a concessão de créditos e normas para a aplicação dos recursos.*



*Artigo 7º - Fica criado o Conselho de Orientação do Fundo Estadual da Habitação, que terá como finalidades:*

- I) orientar os planos habitacionais subsidiados pelo Fundo, e*
- II) supervisionar a gestão dos respectivos recursos.*

*Artigo 8º - O Conselho de Orientação do Fundo Estadual da Habitação será presidido pelo Secretário da Habitação e composto pelos seguintes membros:*

- I) dois representantes da Secretaria da Habitação;*
- II) um representante da Nossa Caixa Nosso Banco S/A;*
- III) um representante do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Secção de São Paulo, e*
- IV) dois representantes de entidades sindicais, respectivamente, patronal e de empregados.*

*Artigo 9º - O Secretário da Habitação, no prazo de 90 (noventa) dias contados da data da publicação desta lei, baixará instruções complementares, se necessário, através de Resolução.*

*Artigo 10 - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.*

### **JUSTIFICATIVA**

*A Loteria Estadual da Habitação, restabelecida através da lei nº 5.256, de 24 de julho de 1986 como Loteria da habitação, tem como objetivo a destinação de recursos ao Fundo Rotativo Especial para ser aplicado, exclusivamente, na concessão de linhas de crédito subsidiados para o financiamento da habitação popular e de sua infra-estrutura básica, reservando-me ainda 10% destes recursos à construção*



*e aquisição de equipamentos comunitários, de creches, clínicas médicas e dentárias, postos de saúde e parques infantis, dentro dos projetos habitacionais.*

*Considerando que o valor arrecadado, historicamente, com a loteria da habitação vem sendo muito aquém do previsto quando da elaboração da Lei, não permitindo pois alcançar o objetivo de financiar a construção de unidades habitacionais de forma satisfatória para suprir as necessidades mais imediatas da população carente;*

*Considerando que os recursos que vem sendo arrecadados poderiam atender melhor a população de baixa renda, se aplicados em maior volume em obras de infraestrutura básica e equipamentos comunitários, devido a premência deste tipo de serviços, notadamente em Conjuntos Habitacionais já ocupados;*

*Considerando ainda, que a realidade atual, mostra maior necessidade no suprimento das necessidades de infraestrutura, posto que à época da elaboração da Lei a intenção primeira era a construção de novos conjuntos habitacionais, porém hoje, os conjuntos já ocupados, em grande parte não contam com sua infraestrutura completa, nem com equipamentos comunitários, o que reforça o intuito de modificar-se para tal, a destinação desses recursos;*

*E, finalmente considerando que torna-se inviável a rotatividade destes recursos quando aplicados em obras de infraestrutura básica e equipamentos comunitários, em face do caráter de utilização social e não comercial dos mesmos;*

*A presente proposta, visa alterar a denominação do Fundo Rotativo Especial para Fundo Estadual da Habitação, bem como adequar os termos de destinação dos recursos deste Fundo, a fim de suprir as necessidades habitacionais mais imediatas da população de baixa renda tendo como fundamento a realidade atual das condições habitacionais no Estado, bem como a realidade dos valores arrecadados com a Loteria da Habitação, que são insuficientes para dar cumprimento a finalidade da legislação atual, ou seja, o financiamento da construção de novos conjuntos*



FLS. N.º 05
RGL. 1036
PROTOCOLO LEGISLATIVO

*habitacionais - o que por si só justifica a necessidade de adequação dos termos vigentes.*

*Desta forma, pelo exposto certo de que a presente proposta alcança o relevante interesse público, contamos com a aprovação da mesma pelos nobres pares.*

*Sala das sessões em,*

**CAMPOS MACHADO**

PTB

Serviço de Suporte e Conferência  
Esta proposição contém  
assinaturas  
SSC. 10/11/1999  
Confirmação

Divisão de Ordenamento Legislativo  
Serviço de Processo Legislativo 8  
Publicado no "DIÁRIO OFICIAL"  
de 11-11-99  
e

Folha 6  
Proc. 7036  
f

Nos termos do item 3, parágrafo único do artigo 148, da IX Consolidação do Regimento Interno, a presente proposição esteve em pauta nos dias correspondentes às 141ª a 145ª Sessões Ordinárias (de 12 a 19/11/99), não tendo recebido emendas ou substitutivos.

DOL, 19/11/99

f

A Comissão de:  
I - Constituição e Justiça;  
II - Promotoria Social;  
III - Finanças e Orçamento.

25 novembro 1999.

DEPARTAMENTO DE COMISSÕES  
PROTOCOLO  
ENTRADA EM 31/12/1999  
CRQJ  
assinatura

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

EM 06/12/99.

Secretário da Comissão

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
DISTRITO 3.

Ao Senhor Dep. \_\_\_\_\_  
com prazo para devolução \_\_\_\_\_ dias

Presidente

**JUNTADA**  
Segue juntada  
fls. de n.º 07  
D.O.L. 03/12/1999